



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 6 de janeiro de 2023
(OR. en)

5042/23

ECOFIN 11
UEM 10
SOC 5
EMPL 4
COMPET 9
ENV 4
EDUC 3
RECH 4
ENER 4
JAI 7
GENDER 3
ANTIDISCRIM 3
JEUN 3
SAN 8

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Nota explicativa – Documento apenso à Recomendação do Conselho
sobre a política económica da área do euro para 2023

Junto se envia, à atenção das delegações, a versão da nota explicativa que acompanha a Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, elaborada na sequência das reuniões do Comité Económico e Financeiro (CEF) e do Grupo de Trabalho do Eurogrupo (GTE).

Nota explicativa

*– Documento apenso à Recomendação do Conselho
sobre a política económica da área do euro para 2023*

O artigo 2.º-AB, n.º 2, do Regulamento 1466/97 relativo ao reforço da supervisão das situações orçamentais e à supervisão e coordenação das políticas económicas, que faz parte da secção sobre o "Diálogo económico", dispõe o seguinte: *"Espera-se que, por princípio, o Conselho siga as recomendações e propostas da Comissão ou exponha a sua posição publicamente"*.

No cumprimento desta regra de "acatar ou explicar", o Conselho apresenta as seguintes explicações para as alterações que decidiu introduzir nas recomendações da Comissão de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro no âmbito do Semestre Europeu das quais a Comissão discorda.

O Conselho (ECOFIN) chegou ainda a acordo quanto a uma série de aditamentos e de alterações factuais ou técnicas às recomendações com o total apoio da Comissão.

Recomendação n.º 2 para área do euro

Texto da Comissão:

Manter o elevado nível de investimento público necessário para promover a resiliência económica e social e apoiar a transição ecológica e digital, incluindo uma maior eficiência energética e a transição para fontes de energia renováveis. Executar os programas da política de coesão e os planos de recuperação e resiliência, assegurando a realização atempada das reformas e investimentos, e garantir que as atualizações dos planos são bem orientadas e não reduzem a ambição global. Adotar novas medidas, nomeadamente através do plano REPowerEU, para acelerar a transição para energias não poluentes e reforçar a independência energética da União.

Texto acordado:

Manter o elevado nível de investimento público e promover os investimentos privados, que são necessários para promover a resiliência económica e social e apoiar a transição ecológica e digital, incluindo uma maior eficiência energética e a transição para fontes de energia renováveis. Executar os programas da política de coesão e os planos de recuperação e resiliência, assegurando a realização atempada das reformas e investimentos, e garantir que as atualizações dos planos são bem orientadas, tendo em conta a evolução da situação económica, mas sem reduzir a ambição global. Adotar novas medidas, nomeadamente através do plano REPowerEU e dos planos nacionais em matéria de energia e clima, para acelerar a transição energética e reforçar a independência energética da União.

Explicação:

A única alteração da qual a Comissão discorda é a relativa à supressão da expressão "energias não poluentes". A alteração visa evitar a ambiguidade, uma vez que a expressão "energias não poluentes" não se encontra definida de forma clara. Além disso, a expressão "energias não poluentes" não é amplamente apoiada pelo Conselho para descrever a transição energética da UE. O texto acordado visa assegurar que a tónica seja posta na vasta gama de energias/tecnologias ambientalmente corretas e socialmente aceitáveis.
